




**CARACTERIZAÇÃO E POTENCIALIDADES DO TURISMO SUSTENTÁVEL NA COSTA DO DESCOBRIMENTO: O CASO DO ARRANJO PRODUTIVO LOCAL DE TRANCOSO, PORTO SEGURO, BAHIA**

**CHARACTERIZATION AND POTENTIAL OF SUSTAINABLE TOURISM ON THE DISCOVERY COAST: THE CASE OF THE LOCAL PRODUCTIVE ARRANGEMENT OF TRANCOSO, PORTO SEGURO, BAHIA**

**CARACTERIZACIÓN Y POTENCIAL DEL TURISMO SOSTENIBLE EN LA COSTA DEL DESCUBRIMIENTO: EL CASO DEL ORGANISMO PRODUCTIVO LOCAL DE TRANCOSO, PORTO SEGURO, BAHÍA**

 <https://doi.org/10.56238/levv17n60-008>

Data de submissão: 06/04/2026

Data de publicação: 06/05/2026

**Wilson Alves de Araujo**

Pós-doutorado em Ciências e Sustentabilidade

Instituição: Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

E-mail: wilsonaaraujo@gmail.com

---

**RESUMO**

Esta pesquisa tem como propósito analisar a sustentabilidade ambiental do turismo na Bahia, considerando-o sob a ótica do desenvolvimento sustentável. O trabalho parte das discussões atuais sobre as tensões entre crescimento econômico e preservação ambiental e adota uma perspectiva interdisciplinar para examinar as externalidades ambientais decorrentes da atividade turística, entendida aqui como uma das expressões mais relevantes da intervenção humana sobre o meio natural. O estudo ancora-se no debate acerca dos Arranjos Produtivos Locais (APLs), concebidos como mecanismos indutores de dinamização socioeconômica em territórios específicos. Do ponto de vista metodológico, a investigação combina análise bibliográfica, documental e utilização de dados secundários, estruturando-se em dois eixos complementares: (i) um recorte quantitativo, baseado no uso do Quociente Locacional (QL) para mensurar o grau de especialização produtiva, e (ii) um recorte analítico, voltado à caracterização de aglomerações produtivas em contextos de baixo e médio desenvolvimento. A aplicação empírica foi conduzida no destino turístico Trancoso, município de Porto Seguro, Bahia. Os resultados demonstram que a localidade pode ser classificada como um APL de turismo em fase de consolidação, revelando avanços significativos, mas ainda carências no que se refere à coordenação estratégica e à integração dos atores locais. No campo ambiental, identificou-se a necessidade de ampliar ações públicas e privadas voltadas para eficiência no uso de recursos, manejo de resíduos sólidos, valorização cultural e práticas de sustentabilidade de longo prazo. Em termos de contribuição, este estudo busca: (a) aprofundar a compreensão teórico-prática sobre sustentabilidade no turismo; (b) oferecer elementos para o aprimoramento das políticas de desenvolvimento regional; e (c) subsidiar a formulação de políticas públicas que conciliam a expansão da atividade turística com a preservação ambiental.

**Palavras-chave:** Turismo. Sustentabilidade. Arranjos Produtivos Locais. Meio Ambiente.

## ABSTRACT

This research aims to analyze the environmental sustainability of tourism in Bahia, considering it from the perspective of sustainable development. The work starts from current discussions on the tensions between economic growth and environmental preservation and adopts an interdisciplinary perspective to examine the environmental externalities resulting from tourism activity, understood here as one of the most relevant expressions of human intervention on the natural environment. The study is anchored in the debate about Local Productive Arrangements (LPAs), conceived as mechanisms that induce socioeconomic dynamism in specific territories. From a methodological point of view, the investigation combines bibliographic and documentary analysis and the use of secondary data, structured in two complementary axes: (i) a quantitative approach, based on the use of the Location Quotient (LQ) to measure the degree of productive specialization, and (ii) an analytical approach, focused on the characterization of productive clusters in contexts of low and medium development. The empirical application was conducted in the tourist destination of Trancoso, municipality of Porto Seguro, Bahia. The results demonstrate that the locality can be classified as a tourism Local Productive Arrangement (LPA) in the consolidation phase, revealing significant progress, but still lacking in terms of strategic coordination and integration of local actors. In the environmental field, the need to expand public and private actions aimed at efficiency in the use of resources, solid waste management, cultural enhancement, and long-term sustainability practices was identified. In terms of contribution, this study seeks to: (a) deepen the theoretical and practical understanding of sustainability in tourism; (b) offer elements for the improvement of regional development policies; and (c) support the formulation of public policies that reconcile the expansion of tourism activity with environmental preservation.

**Keywords:** Tourism. Sustainability. Local Productive Arrangements. Environment.

## RESUMEN

Esta investigación tiene como objetivo analizar la sostenibilidad ambiental del turismo en Bahía, desde la perspectiva del desarrollo sostenible. El trabajo parte de los debates actuales sobre las tensiones entre el crecimiento económico y la preservación ambiental, y adopta una perspectiva interdisciplinaria para examinar las externalidades ambientales derivadas de la actividad turística, entendida aquí como una de las expresiones más relevantes de la intervención humana en el entorno natural. El estudio se fundamenta en el debate sobre los Acuerdos Productivos Locales (APL), concebidos como mecanismos que inducen dinamismo socioeconómico en territorios específicos. Desde un punto de vista metodológico, la investigación combina el análisis bibliográfico y documental con el uso de datos secundarios, estructurados en dos ejes complementarios: (i) un enfoque cuantitativo, basado en el uso del Cociente de Localización (CL) para medir el grado de especialización productiva, y (ii) un enfoque analítico, enfocado en la caracterización de clústeres productivos en contextos de desarrollo bajo y medio. La aplicación empírica se llevó a cabo en el destino turístico de Trancoso, municipio de Porto Seguro, Bahía. Los resultados demuestran que la localidad puede clasificarse como un Acuerdo Productivo Local (APL) turístico en fase de consolidación, lo que revela un progreso significativo, pero aún presenta deficiencias en cuanto a la coordinación estratégica y la integración de los actores locales. En el ámbito ambiental, se identificó la necesidad de ampliar las acciones públicas y privadas orientadas a la eficiencia en el uso de los recursos, la gestión de residuos sólidos, la promoción cultural y las prácticas de sostenibilidad a largo plazo. En cuanto a su contribución, este estudio busca: (a) profundizar la comprensión teórica y práctica de la sostenibilidad en el turismo; (b) ofrecer elementos para la mejora de las políticas de desarrollo regional; y (c) apoyar la formulación de políticas públicas que concilien la expansión de la actividad turística con la preservación del medio ambiente.

**Palabras clave:** Turismo. Sostenibilidad. Acuerdos Productivos Locales. Medio Ambiente.

## 1 INTRODUÇÃO

O propósito central desta pesquisa é examinar a sustentabilidade ambiental do turismo na Bahia sob a perspectiva do desenvolvimento local. Ancorada num referencial interdisciplinar, a investigação problematiza as tensões entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental, focando os impactos da atividade turística sobre o meio natural. O recorte empírico situa-se na Costa do Descobrimento, no extremo sul da Bahia, com foco específico na localidade de Trancoso, Porto Seguro - BA.

O turismo consolidou-se como um dos setores mais dinâmicos da economia global. Em 2024, sua contribuição ao PIB mundial atingiu US\$ 10,9 trilhões (10 % do PIB global), sustentando cerca de 357 milhões de empregos – o equivalente a um em cada dez postos de trabalho em todo o planeta. Além disso, o valor das despesas internacionais de visitantes alcançou US\$ 1,9 trilhão, enquanto o dispêndio doméstico somou US\$ 5,3 trilhões (UNTO, 2026).

Em 2025, o cenário do setor mostrou ainda maior expressividade: sua participação no PIB global alcançou US\$ 11,7 trilhões, equivalentes a 10,3 % do PIB mundial, com um incremento projetado de 14 milhões de empregos, totalizando 371 milhões de trabalhadores. Reconhecendo o papel transformador do turismo sustentável, a Assembleia Geral das Nações Unidas, em 22 de dezembro de 2015, instituiu 2017 como o **Ano Internacional do Turismo Sustentável para o Desenvolvimento**, destacando seu potencial para combater a pobreza, proteger o meio ambiente, melhorar a qualidade de vida e fomentar o empoderamento econômico de mulheres e jovens, conciliando as dimensões econômica, social e ambiental do desenvolvimento sustentável (UN, 2016).

Essa abordagem alia-se à definição da WTO (2003, p. 24) para o turismo sustentável, entendido como aquele que “atende às necessidades dos turistas de hoje e das regiões receptoras, ao mesmo tempo em que protege e amplia as oportunidades para o futuro” Diante desse contexto, surge a questão essencial: quais fatores fortalecem ou fragilizam a sustentabilidade da atividade turística em nível local? A resposta vem por meio da construção e aplicação de instrumentos avaliativos capazes de mensurar a sustentabilidade. Há um consenso crescente sobre a necessidade dessas metodologias: como afirmado por Van Bellen (2002, p. 70), a avaliação da sustentabilidade requer metodologias consistentes. A WTO (2005) destaca que indicadores são fundamentais para gerar informação, mobilizar atores e orientar ações, assumindo papel central no planejamento sustentável do turismo.

Portanto, esta investigação concentra-se nas práticas organizacionais do setor turístico em Trancoso, Porto Seguro - BA, explorando como a atividade se insere na economia local e quais os entraves e potencialidades para que se transforme num modelo de turismo ambientalmente sustentável e socialmente equitativo. O turismo é, por natureza, uma atividade que impulsiona e, ao mesmo tempo, depende do desenvolvimento regional e local sustentado. Discutido e abordado por várias ciências, atualmente vem sendo compreendido como elemento chave para a dinamização de regiões com baixo

nível de desenvolvimento no mundo e, em especial, no Brasil. Nas últimas décadas o conceito de desenvolvimento local tem sido apontado como uma proposta de desenvolvimento para questões relacionadas à compatibilidade entre ambiente, comunidades e sustentabilidade. Para Cassiolato, Lastres e Stallivieri (2008, p. 12) "a ênfase no local levou ao desenvolvimento do termo mais amplamente difundido de arranjos produtivos locais (APLs)".

No Brasil, diversos estudos têm sido conduzidos com base teórico-metodológico para análise de APLs, com utilização de medidas de localização e especialização, como o Quociente Locacional (QL). O presente artigo está estruturado em cinco seções. Inicialmente, além desta introdução, apresenta-se uma discussão teórica acerca dos principais conceitos utilizados neste estudo, destacando-se o referencial teórico sobre Arranjo Produtivo Local (APL). Na terceira seção são apresentados os procedimentos metodológicos. A seguir, na quarta seção, apresentam-se os resultados da pesquisa e, por fim, as conclusões e sugestões ocupam a última seção deste artigo.

## **2 PRINCIPAIS ENFOQUES TEÓRICOS SOBRE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS (APLS)**

O estudo dos Arranjos Produtivos Locais (APLs) insere-se no campo da economia regional e da geografia econômica, permitindo compreender de que forma a concentração, a especialização e a localização de atividades econômicas em determinados territórios configuram arranjos produtivos e geram transformações socioeconômicas em seu entorno. No Brasil, o interesse acadêmico e institucional por aglomerações produtivas ganhou destaque a partir de iniciativas de órgãos públicos de fomento, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Também se destacam centros de pesquisa como a Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (REDESIST), vinculada ao Instituto de Economia da UFRJ, e o CEDEPLAR/UFMG, que têm desempenhado papel central no desenvolvimento conceitual e metodológico sobre APLs no país (Araujo & Pires, 2023).

Segundo Crocco et al. (2006, p. 217), as aglomerações produtivas constituem “uma valiosa forma de promover o desenvolvimento econômico”, sendo, portanto, fundamental o desenvolvimento de metodologias que permitam aos gestores públicos identificar, classificar e apoiar esses arranjos. O crescente interesse pelo tema relaciona-se às mudanças no ambiente competitivo das empresas e à busca por alternativas de desenvolvimento regional.

Diversos conceitos correlatos aparecem na literatura: distritos industriais, *clusters*, sistemas locais de produção e inovação. Embora possuam diferenças teóricas, compartilham a compreensão de que a proximidade territorial entre empresas e instituições favorece a cooperação, a inovação e a

competitividade (TATSCH et al., 2015). Nesse sentido, Albagli e Brito (2003) destacam que o elemento essencial das aglomerações produtivas é justamente a proximidade entre agentes econômicos, políticos e sociais, que se beneficiam das chamadas economias de aglomeração. Como o acesso a matérias-primas, equipamentos, mão de obra qualificada e conhecimento compartilhado.

Do ponto de vista da política urbana e regional, Parr (2002) observa que as economias de aglomeração estão no centro das estratégias de desenvolvimento territorial, o que reforça a necessidade de clareza conceitual e consistência metodológica nos estudos sobre o tema.

A literatura também propõe tipologias de APLs segundo o grau de desenvolvimento (MCT, apud Moreira, Fernandes & Dias Junior, 2017):

- **Arranjo Elementar:** caracterizado por unidades produtivas com tradição técnica ou artesanal, mas que garantem apenas a subsistência da atividade.
- **Arranjo em Fase de Consolidação:** já apresenta infraestrutura tecnológica significativa e sinergia entre atores locais, mas ainda convive com conflitos de interesse e baixo nível de coordenação estratégica.
- **Arranjo Consolidado:** possui alto grau de coesão, forte articulação institucional e infraestrutura especializada, envolvendo universidades, escolas técnicas, agências de fomento e associações de classe (Caliman, 2003).

O levantamento do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) identificou a existência de 958 APLs no Brasil, sendo 59% concentrados no setor primário, 36% no setor secundário e apenas 5% no terciário. Esses números revelam a predominância de arranjos em atividades de baixo conteúdo tecnológico, embora se reconheça o crescente interesse por APLs de serviços, como o turismo (Costa, 2010).

A literatura aponta que o turismo apresenta uma configuração peculiar dentro da lógica dos APLs: diferentemente de outras cadeias produtivas, trata-se de uma atividade produzida e consumida no mesmo território, exigindo a presença física do consumidor no local de destino (Beni, 2002). Para atender às demandas dos turistas, articula-se uma complexa cadeia de bens e serviços, tangíveis e intangíveis, que envolve desde setores diretamente vinculados ao turismo (alojamento e alimentação, conforme a CNAE/IBGE 5510-8/01) até atividades complementares em cultura, transporte, lazer e comércio.

De acordo com o SEBRAE (2008), a atividade turística interage com **52 outros segmentos produtivos da economia**, formando uma extensa malha de encadeamentos. Essa característica evidencia o potencial do turismo como **aglomerado produtivo transversal**, com capacidade de gerar efeitos multiplicadores e difusores. Além disso, reforça a pertinência de analisá-lo sob a ótica de

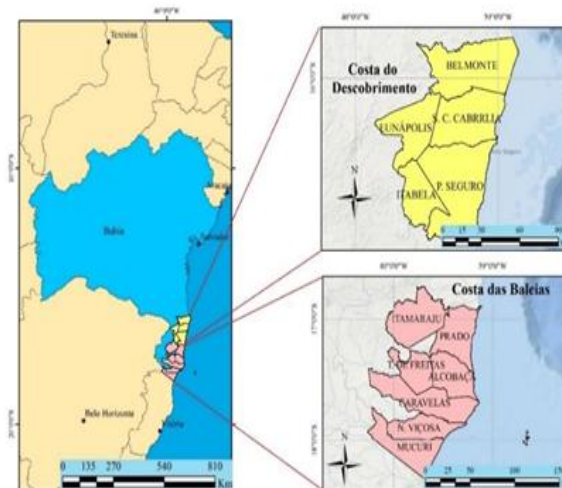
clusters e APLs, como mostram estudos de Ferreira et al. (2011), Costa, Costa e Miranda Jr. (2012), Alberti & Giusti (2012), Arsezen-Otamis & Yuzbasioglu (2013), e Souza & Gil (2014).

Nesse sentido, a pesquisa aqui desenvolvida busca ampliar a compreensão sobre a dinâmica do turismo como sistema produtivo local, ressaltando tanto sua relevância econômica quanto seus impactos ambientais. Para isso, recorre-se a referenciais teóricos e metodológicos que permitam avaliar o grau de concentração produtiva e o nível de sustentabilidade ambiental, contribuindo para identificar caminhos que mitiguem impactos negativos e fortaleçam práticas sustentáveis.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A delimitação da área de estudo corresponde ao espaço geográfico e econômico do destino turístico de Porto Seguro, situado no extremo sul da Bahia, na região turística conhecida como Costa do Descobrimento.

Figura 1 – Mapa de localização do município de Porto Seguro, BA



Fonte: Elaboração própria

Do ponto de vista teórico-metodológico, a pesquisa caracteriza-se, segundo a tipologia de Vergara (2003, p. 47), como de natureza descritiva e metodológica. É considerada descritiva por buscar retratar as características do Arranjo Produtivo Local (APL) de turismo, sobretudo em seus aspectos de sustentabilidade ambiental; e metodológica porque se fundamenta no estudo dos instrumentos de captação e análise da realidade, isto é, nos caminhos e procedimentos que possibilitam alcançar os objetivos propostos.

Quanto aos meios, a investigação foi conduzida por meio de pesquisa bibliográfica, documental e utilização de dados secundários. O levantamento de dados primários concentrou-se em empresas ligadas ao setor de hospedagem de Trancoso, Porto Seguro - BA. Para tanto, foi adotada a técnica de amostragem não probabilística, do tipo acessibilidade, também chamada por conveniência (Dencker, 1998; Vergara, 2003; Gil, 2010).

No que se refere à estratégia metodológica, a análise privilegiou dois recortes complementares. O primeiro, de natureza quantitativa, consistiu na aplicação do Quociente Locacional (QL) para identificar o grau de especialização do setor de turismo na localidade. O segundo, de caráter analítico, buscou a caracterização do APL conforme a tipologia proposta por Lastres e Cassiolato (2003), adequada a regiões de baixo e médio desenvolvimento. A integração entre esses dois recortes, somada à pesquisa qualitativa, possibilitou classificar o APL de turismo segundo sua complexidade e grau de maturidade, de acordo com os critérios estabelecidos pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT).

A atividade turística, nesse contexto, foi tratada como um APL ancorado no setor da hospitalidade, que engloba hotéis, pousadas e resorts, mas que também articula uma rede de fornecedores de insumos, equipamentos e serviços complementares necessários à manutenção da atividade central (Britto, 2002). Para a análise quantitativa, utilizou-se a base de dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), ano-base 2023, que reúne informações sobre número de empresas, pessoal ocupado e salários pagos por atividade, de acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), especialmente no segmento de hospedagem (CNAE 5510-8/01). Ressalta-se que essa base contempla apenas o mercado formal de trabalho, não incorporando a expressiva parcela de atividades exercidas informalmente, mas que também integram a dinâmica turística local.

O cálculo do Quociente Locacional foi realizado segundo a seguinte fórmula:

$$QL = \frac{EMP_i/EMP_j}{EMP_i^{Brasil}/EMP^{Brasil}} \quad (1)$$

O cálculo do Quociente Locacional foi realizado da seguinte forma: divide-se a proporção de empregados do setor de turismo em relação ao total de empregados do município pela proporção de empregados do setor de turismo em relação ao total de empregados do Brasil.

Em termos práticos:

- O **numerador** representa a participação dos empregados do turismo no total do município analisado;
- O **denominador** representa a participação dos empregados do turismo no total do país.

A interpretação do QL é a seguinte:

- **QL maior que 1** → indica que o município possui uma especialização no setor turístico superior à média nacional;
- **QL igual a 1** → significa que o município apresenta especialização equivalente à média do Brasil;

- **QL menor que 1** → revela que o município tem uma especialização abaixo da média nacional (Haddad, 1989; Brito, 2002; De Sordi; Meireles, 2012).

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção apresentam-se os resultados obtidos a partir da identificação e caracterização das aglomerações produtivas em contextos de baixo e médio desenvolvimento. Para reconhecer a existência de uma aglomeração especializada, foi aplicado o **Quociente Locacional (QL)**, considerando três variáveis principais: o número de empregos formais, a quantidade de estabelecimentos vinculados à atividade econômica e o valor total das remunerações geradas. Os dados utilizados tiveram como referência a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), ano-base 2023 (BRASIL, 2025). A análise revelou que, no município pesquisado, o setor de meios de hospedagem apresentou um **coeficiente de especialização elevado**, indicando forte concentração espacial dessa atividade na cadeia produtiva do turismo na Costa do Descobrimento. Em 2023, o valor do Quociente Locacional alcançou **32,16**, evidenciando que Porto Seguro possui uma especialização no segmento turístico muito superior à média nacional, o que confirma sua centralidade como destino consolidado e com forte dependência econômica do turismo.

Outro elemento que reforça o valor do Quociente Locacional encontrado diz respeito ao comportamento dos empregos formais no setor de hospedagem ao longo do período de 2015 a 2023. Nesse intervalo, o número de vínculos empregatícios passou de **5.396** para **7.544**, representando um crescimento de **39,81%**. Esse incremento confirma a relevância do turismo para a economia local e sustenta a classificação de Porto Seguro na Categoria A do Mapa do Turismo Brasileiro, atribuída pelo Ministério do Turismo. Tal classificação insere o município entre os 51 destinos indutores do desenvolvimento do turismo nacional, representando 1,52% do conjunto de municípios de maior demanda turística do país, dentro de um universo de 3.345 localidades categorizadas (BRASIL, 2015).

Segundo dados do IBGE (2026), Porto Seguro possui uma área territorial de **2.287,085 km<sup>2</sup>**, distante aproximadamente 707 km da capital Salvador. Fundado em 1534, o município foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1973, por meio do Decreto nº 72.107. No plano internacional, a região da Costa do Descobrimento foi reconhecida em 2000 como Patrimônio Natural Mundial da UNESCO, em razão de sua relevância cultural, arquitetônica e ambiental, conformando o chamado Museu Aberto do Descobrimento (MADE) (Arantes, 2001; Porto Seguro, 2015).

No período de 2000 a 2010, Porto Seguro apresentou um crescimento expressivo em seu Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), que avançou de 0,495 para 0,676, correspondendo a um aumento de 36,57%. A dimensão que mais contribuiu para esse avanço foi a longevidade (0,801),

seguida pela renda (0,673) e pela educação (0,572). Esse desempenho evidencia uma trajetória de melhorias nas condições socioeconômicas locais ao longo da década analisada.

A atratividade turística de Porto Seguro é reforçada por suas características paisagísticas, climáticas e geográficas, associadas à beleza e diversidade de suas praias. A cidade dispõe de uma infraestrutura consolidada para o setor, destacando-se como a segunda maior superestrutura turística da Bahia. De acordo com a Secretaria de Turismo de Porto Seguro (2026), o município conta com aeroporto internacional, serviços de transporte rodoviário de amplo alcance e um dos maiores parques hoteleiros do Brasil, com 760 meios de hospedagem entre pousadas, hotéis e resorts. Desses, 342 estão na sede, 207 em Arraial d'Ajuda, 133 em Trancoso e 78 em Caraíva. Essa estrutura justifica, em grande medida, o crescimento do fluxo turístico observado nos últimos anos.

No Arranjo Produtivo Local do Turismo de Trancoso, Porto Seguro - BA, verificou-se a predominância de micro e pequenas empresas na composição do setor. Constatou-se, ainda, a ausência de grandes empresas no território da Costa do Descobrimento, o que reforça a característica de um arranjo sustentado principalmente por negócios de base local.

Esse cenário evidencia o desafio da competitividade como elemento central para a consolidação do APL. Ampliar a participação do destino tanto no turismo doméstico quanto internacional requer estratégias consistentes de diferenciação e fortalecimento da oferta. A pesquisa, ao buscar compreender a estrutura produtiva dos meios de hospedagem, procurou identificar os fatores considerados mais determinantes para a manutenção e expansão da capacidade produtiva. Conforme Porter (1998), não há consenso quanto à definição do conceito de competitividade, mas, em linhas gerais, este refere-se à habilidade de competir em mercados cada vez mais globalizados, apoiando-se em estratégias que podem envolver vantagem de custos, diferenciação de produto ou economias de escala.

Os resultados da pesquisa indicaram quase unanimidade quanto à alta relevância de quatro fatores competitivos: qualidade da mão de obra, estratégias de comercialização, qualidade do produto e capacidade de atendimento. Esses elementos foram classificados pelas empresas como de importância estratégica para a consolidação e diferenciação de Porto Seguro como destino turístico.

As externalidades locais observadas no Arranjo Produtivo de Porto Seguro, reforçam a compreensão das condições de competitividade, permitindo identificar potenciais e fragilidades para o desenvolvimento da atividade turística na Costa do Descobrimento. Entre os fatores destacados como determinantes para a localização das empresas no município, dois elementos se sobressaíram: a proximidade com fornecedores de insumos e matérias-primas e a infraestrutura física, especialmente relacionada à energia, transporte e comunicações.

Porto Seguro apresenta-se, nesse contexto, como uma **cidade polarizada**, exercendo forte influência sobre os municípios vizinhos, tanto pelo consumo de bens e serviços quanto pelas relações institucionais. A sede do município concentra órgãos da administração pública, configurando-se como

polo de articulação regional. Como destacam Lemos et al. (2000, p. 13), a cooperação, para consolidar arranjos produtivos, depende da atuação de instituições formais e informais capazes de estimular um ambiente socioeconômico em que prevaleçam formas construtivas de cooperação e competição.

O conceito de cooperação, conforme Lastres e Cassiolato (2003, p. 10), refere-se ao trabalho em comum, baseado em relações de confiança mútua e coordenação entre agentes, em níveis variados. Nos arranjos produtivos locais, essa cooperação pode assumir diferentes formas, incluindo a produtiva e a inovadora, e envolver tanto empresas quanto instituições, por meio de programas de treinamento, feiras e eventos, cursos, seminários, projetos de viabilidade técnica e iniciativas de fomento (Albagli; Brito, 2003). A pesquisa evidencia, portanto, que, embora Porto Seguro disponha de infraestrutura física satisfatória e proximidade com fornecedores, ainda existem fragilidades no campo institucional e cooperativo que limitam a consolidação de seu arranjo produtivo de turismo.

## 5 PRÁTICAS AMBIENTAIS NO APL DE TRANCOSO, PORTO SEGURO - BA

Partindo do conceito de turismo sustentável, definido pela World Tourism Organization (WTO) como uma atividade capaz de atender simultaneamente às necessidades dos turistas e às necessidades socioeconômicas das comunidades receptoras, assegurando a preservação da integridade cultural, ambiental e da biodiversidade para o futuro (BRASIL, 2010, p. 30), a pesquisa buscou investigar as práticas ambientais das empresas que compõem a cadeia produtiva do turismo na Costa do Descobrimento.

Ainda que o turismo seja reconhecido por seus impactos positivos, geração de produção, consumo, emprego e renda no setor privado, bem como incremento da arrecadação pública, seus efeitos adversos são igualmente expressivos. Entre eles, destacam-se as chamadas **“cicatrizes na paisagem”**, provocadas pela instalação de equipamentos turísticos em áreas naturais sensíveis, além dos efeitos da pressão do fluxo de visitantes sobre ecossistemas frágeis e vulneráveis da Costa do Descobrimento.

Nesse contexto, a pesquisa investigou também as ações das empresas em termos de treinamento de funcionários para conscientização ambiental e de iniciativas voltadas à integração com a comunidade local. Os resultados indicaram a ausência de práticas proativas consistentes nesses dois aspectos, revelando um campo de fragilidade relevante para o fortalecimento da sustentabilidade no APL de Trancoso.

O presente estudo teve como objetivo analisar a sustentabilidade ambiental do turismo de Trancoso em Porto Seguro, no âmbito do Arranjo Produtivo Local (APL), a partir da perspectiva do desenvolvimento local. A investigação permitiu identificar tanto os avanços quanto as fragilidades que marcam a dinâmica do setor, ressaltando a importância de compreender o turismo como atividade que,

ao mesmo tempo em que impulsiona a economia, gera pressões significativas sobre os ecossistemas e a comunidade local.

Os resultados mostraram que o APL de Trancoso, Porto Seguro é sustentado majoritariamente por micro e pequenas empresas, cuja atuação contribui para a geração de emprego e renda, mas também enfrenta limitações no que se refere à cooperação institucional, à inserção internacional e à adoção de práticas ambientais consistentes. A competitividade do arranjo, está fortemente associada a fatores como qualidade da mão de obra, estratégias de comercialização, qualidade dos serviços prestados e capacidade de atendimento. No entanto, a cooperação com instituições representativas, sindicatos, associações e cooperativas, ainda é incipiente, o que dificulta a consolidação de estratégias coletivas para fortalecimento do setor.

No campo das práticas ambientais, verificou-se que iniciativas como a sensibilização de hóspedes e a parceria com comunidades locais tiveram avaliação positiva, assim como algumas medidas de gestão de resíduos sólidos. Todavia, a adoção de ações mais estruturantes, como o aproveitamento da água da chuva, a promoção do artesanato e da produção agroecológica associada ao turismo, ou mesmo treinamentos internos de conscientização ambiental, mostraram-se insuficientes ou pouco efetivas. Essa fragilidade foi atribuída, em grande parte, a barreiras técnicas e financeiras enfrentadas pelas empresas, especialmente pelas de menor porte, que representam a maioria do arranjo.

Em síntese, a análise evidenciou que o turismo em Trancoso, Porto Seguro – BA cumpre um papel relevante no desenvolvimento econômico regional, mas carece de planejamento integrado e políticas públicas específicas que articulem de forma mais efetiva os interesses econômicos, sociais e ambientais. A ampliação da cooperação institucional, o estímulo a práticas inovadoras de sustentabilidade e a valorização da produção local são elementos centrais para que o arranjo produtivo de turismo avance para um estágio mais maduro e consolidado.

Por fim, destaca-se que este estudo se limitou a uma amostra específica de empresas do setor de hospedagem e a dados secundários de base formal, o que restringe a análise de segmentos informais igualmente importantes na dinâmica turística da região. Sugere-se, portanto, que futuras pesquisas ampliem o escopo de investigação, incorporando outros elos da cadeia produtiva, bem como avaliações longitudinais que permitam mensurar o impacto das políticas e ações implementadas ao longo do tempo.

## 6 CONCLUSÕES

Este estudo teve como propósito central analisar a sustentabilidade ambiental do turismo na Bahia, a partir da perspectiva do desenvolvimento local. A investigação evidenciou que os Arranjos Produtivos Locais (APLs) configuram-se como instrumentos relevantes para compreender as interações entre atividade econômica, território e meio ambiente. No caso da Costa do Descobrimento,

especialmente em Trancoso, Porto Seguro, constatou-se a existência de uma estrutura produtiva robusta, que permite identificar o turismo como APL em fase de consolidação.

Um dos principais desafios identificados refere-se às fragilidades de cooperação e interação entre os agentes que integram o arranjo. A pesquisa apontou que, sem uma articulação mais efetiva entre empresas, instituições públicas, associações e comunidade local, a consolidação plena do APL se torna limitada. Nesse sentido, a construção de redes de cooperação é condição necessária para potencializar os benefícios econômicos e sociais do turismo e, ao mesmo tempo, reduzir seus impactos negativos sobre o meio ambiente.

Os resultados também indicaram que o impacto do APL de turismo em Trancoso em Porto Seguro manifesta-se de forma mais expressiva nos aspectos qualitativos do que quantitativos, especialmente no que diz respeito à geração de competitividade, à capacidade de inovação e à introdução de novos processos de gestão. Ainda assim, permanece a necessidade de maior mobilização das forças locais para fortalecer esses elementos, de modo a impulsionar o desenvolvimento sustentável do setor.

No âmbito ambiental, a implementação de estratégias integradas de mitigação e adaptação ambiental é indispensável para compatibilizar o crescimento do turismo com a conservação dos ecossistemas da região.

Como encaminhamento para futuras pesquisas, recomenda-se o desenvolvimento e a aplicação de **sistemas de avaliação integrados**, capazes de mensurar simultaneamente o grau de aglomeração produtiva e os níveis de sustentabilidade ambiental. Espera-se que tais instrumentos contribuam para: (i) aprofundar a compreensão teórica e prática sobre o desenvolvimento sustentável; (ii) subsidiar a formulação de políticas públicas adequadas à realidade regional; e (iii) reforçar a articulação entre turismo, meio ambiente e sociedade na construção de um modelo sustentável para o setor.



## REFERÊNCIAS

- ALBAGLI, S.; BRITO, J. Aglomerações produtivas, políticas de inovação e desenvolvimento local. Rio de Janeiro: IBICT, 2003.
- ARANTES, A. Patrimônio cultural e turismo: reflexões e perspectivas. Campinas: Papirus, 2001.
- ARAÚJO, W. A.; PIRES, M. M. Turismo sustentável e arranjo produtivo local: mensurando a sustentabilidade ambiental na costa do descobrimento. *Revista Foco | Curitiba (PR) | v.16.n.9|e3025| p.01-25 |2023.*
- BENI, M. C. Análise estrutural do turismo. São Paulo: SENAC, 2002.
- BRASIL. Ministério do Turismo. Mapa do Turismo Brasileiro 2015. Brasília: MTur, 2015.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) – 2023. Brasília: MTE, 2025.
- BRITO, J. Arranjos produtivos locais: caracterização e implicações para políticas de desenvolvimento industrial e tecnológica. Rio de Janeiro: IBICT, 2002.
- CALIMAN, G. Arranjos produtivos locais e inovação: experiências no Brasil. Brasília: SEBRAE, 2003.
- COSTA, A. L. Aglomerações produtivas no Brasil: tipologias e tendências. *Revista Brasileira de Inovação*, v. 9, n. 2, p. 411–442, 2010.
- CROCCO, M. et al. Metodologia de identificação de aglomerações produtivas locais. *Nova Economia*, v. 16, n. 2, p. 211–241, 2006.
- DE SORDI, J. O.; MEIRELES, A. J. Métodos quantitativos aplicados ao turismo. São Paulo: Atlas, 2012.
- DENCKER, A. Pesquisa empírica em ciências humanas. São Paulo: Futura, 1998.
- GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- HADDAD, P. R. Economia regional: teorias e métodos de análise. Fortaleza: BNB/ETENE, 1989.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Cidades@* – Porto Seguro/BA. Rio de Janeiro: IBGE, 2026.
- LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E. Arranjos produtivos locais: novas estratégias de política industrial e tecnológica. Rio de Janeiro: IE/UFRJ, 2003.
- MOREIRA, A. A.; FERNANDES, R.; DIAS JUNIOR, C. Clusters e desenvolvimento local: estudo de arranjos produtivos no Brasil. *Revista Econômica do Nordeste*, v. 48, n. 3, p. 55–72, 2017.
- PORTER, M. E. A vantagem competitiva das nações. Rio de Janeiro: Campus, 1998.



PORTO SEGURO (Município). Secretaria de Cultura e Turismo (SECTUR). Análise da oferta turística de Porto Seguro. Porto Seguro: SECTUR, 2026. Disponível em <<https://portoseguro.ba.gov.br/noticia/crescimento-turismo-em-porto-seguro-cresce-17-em-janeiro-de-2025-superando-2024>>. Acesso em: 13/04/2026.

SEBRAE. Turismo no Brasil: Cadeia Produtiva e Competitividade. Brasília: SEBRAE, 2008.

TATSCH, A. L. et al. Arranjos produtivos locais e políticas de desenvolvimento regional no Brasil. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, v. 11, n. 2, p. 189–206, 2015.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura. Patrimônio Mundial – Costa do Descobrimento (2000). Paris: UNESCO, 2000.

UNTO – United Nations Tourism Organization. International Tourism Highlights 2016. Madrid: UNWTO, 2016.

UNTO - United Nations Tourism Organization. Barometro-del-turismo-mundial-de-onu-turismo. Disponível em <<https://www.untourism.int/es/quienes-somos>>. Acesso em 13/04/2026.

UN – United Nations. Resolução A/RES/70/193 – Ano Internacional do Turismo Sustentável para o Desenvolvimento. Nova York: Assembleia Geral da ONU, 2016.

VAN BELLEN, H. M. Avaliação de sustentabilidade: indicadores, sistemas de indicadores e suas aplicações. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

VERGARA, S. C. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.